



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680226 - SP (2021/0219589-9)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JULIANA MARTINS DE CARVALHO MONNERAT - SP225741
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DAVID WILLIAM PEREIRA GRAVATA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DAVID WILLIAM PEREIRA GRAVATA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Revisão Criminal n. 2214413-05.2020.8.26.0000).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão em regime fechado pelo crime de tráfico de entorpecentes; 4 meses e 2 dias de detenção pelo crime de lesão corporal; e 2 meses e 21 dias de detenção pelo crime de resistência.

A impetrante sustenta que os policiais teriam invadido a residência dos pacientes sem que houvesse situação de emergência e sem prévia ordem judicial, o que ensejaria a ilegalidade do flagrante e a consequente nulidade das provas que fundamentaram a condenação do réu.

Subsidiariamente, pleiteia a desclassificação da conduta para o delito previsto no art. 28 da Lei n. 11.343/2006.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a nulidade das provas obtidas em virtude da violação do domicílio e consequentemente absolvido o paciente do delito de tráfico de drogas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente